

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.825.615 - SC (2019/0200035-0)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : UNIÃO**  
**RECORRIDO : NEUZITA DAS GRACAS CORREA SOARES BORGES**  
**ADVOGADO : PEDRO HENRIQUE DE LIMA E CIRNE FERRAZ - ES024226**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. VPNI. COMPENSAÇÃO COM REAJUSTES PROVENIENTES DE REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO PELO TÍTULO EXECUTIVO. COISA JULGADA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIÁVEL. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. RECURSO NÃO CONHECIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIÃO, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fls. 29-30, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. VPNI. COMPENSAÇÃO COM REAJUSTES PROVENIENTES DE REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO PELO TÍTULO EXECUTIVO. DESCABIMENTO.

Hipótese em que não houve qualquer previsão pelo título judicial de compensação das diferenças devidas a título de VPNI com os reajustamentos decorrentes da reestruturação da carreira instituídos pela Lei n.º 11.784/2008, em que pese ao tempo de sua constituição já vigor o respectivo diploma legal.

A compensação só pode ser alegada na fase de cumprimento de sentença se não pôde ser objetada no processo de conhecimento. Se a compensação baseia-se em fato que já era passível de ser invocado no processo cognitivo, estará a matéria protegida pela coisa julgada. Precedente do Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso especial representativo de controvérsia (Tema 476).

Embargos de declaração não providos (fls. 51-58, e-STJ).

A recorrente em suas razões sustenta ofensa dos arts. 502, 503, 505, 507 e 508 do CPC/2015, defendendo, em síntese, a ofensa ao título executivo que prevê a compensação das diferenças devidas a título de VPNI.

Requer, ao final, o conhecimento e provimento do presente recurso, para que seja reformada a decisão recorrida, determinando-se o afastamento da "violação ao instituto da coisa julgada" (fl. 85, e-STJ).

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 94, e-STJ.

É o relatório. Passo a decidir.

Discute-se nos autos a compensação das diferenças remuneratórias a título de VPNI, no âmbito de execução individual de sentença que reconheceu o direito à irredutibilidade de vencimento em decorrência da Lei n. 11.784/2008, tendo o resultado do processo sido cristalizado pela coisa julgada.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Com efeito, a Corte local, após análise da controvérsia, assentou que a compensação só pode ser alegada se não pôde ser objetada no processo de conhecimento, se a compensação baseia-se em fato que já era passível de ser invocado no processo cognitivo, estará a matéria protegida pela coisa julgada, e, para constatar esse e outros fundamentos, transcrevo parte do acórdão recorrido (fls. 32-35, e-STJ):

[...]

Portanto, não há que se falar em direito adquirido à manutenção da rubrica na composição dos vencimentos ou proventos dos servidores públicos ou pensionistas, mormente em se tratando de VPNI, que tem caráter transitório e pode ser absorvida por reestruturações de carreiras.

Entretanto, a Constituição Federal assegura a irredutibilidade de subsídios e vencimentos (artigo 37, inciso XV, Constituição Federal), o que significa a impossibilidade de redução nominal destes. Ressalto, porém, que tal garantia não se confunde com a inalterabilidade na composição da remuneração do servidor, isto é, garante-se que o valor nominal não será reduzido, mas não se assegura ao servidor que a composição remuneratória permanecerá a mesma.

No caso posto sob análise, não se verifica qualquer irregularidade em tal pagamento. Ao contrário, o decréscimo no valor nominal da remuneração dos servidores consistiria em ofensa ao dispositivo constitucional supracitado.

Esse é o entendimento do Supremo Tribunal Federal:

(...) Com efeito, assentado o entendimento de que o servidor público não tem direito adquirido a regime de remuneração, desde que assegurada a irredutibilidade de seus vencimentos/proventos.

Nesse contexto, afigura-se correta a manutenção da VPNI no contracheque dos substituídos como vinha ocorrendo, uma vez que a alteração legislativa promovida pela Medida Provisória nº 431/2008 não poderia provocar redução nominal de vencimentos àqueles servidores ou pensionistas que regularmente percebiam a complementação de salário mínimo sob a sistemática anterior, na medida em que se trata de garantia constitucional.

Portanto, entendo que a supressão da rubrica somente pode ocorrer quando houver, efetivamente, compensação/absorção por outros aumentos de remuneração.

[...]

Extraí-se do referido julgado que o provimento consistiu, efetivamente, na garantia do direito dos substituídos à irredutibilidade do valor nominal da remuneração em face da alteração legislativa promovida pela Medida Provisória n.º 431/2008, convertida na Lei n.º 11.784/2008.

Tanto por isso, não houve qualquer previsão pelo título de compensação das diferenças devidas a título de VPNI com os reajustamentos decorrentes da reestruturação da carreira instituídos pela própria Lei n.º 11.784/2008, e nesses termos transitou em julgado aos 04/05/2015, tendo sido previsto apenas compensação por absorção de aumentos futuros, nos termos da ementa abaixo transcrita:

(...)

Ou seja, em que pese ao tempo da constituição do título judicial já viger o diploma legal com base no qual pretende a parte Executada a compensação das diferenças devidas, não houve discussão sobre a limitação pretendida na oportunidade em que deveria ter sido feita.

[...]

Com efeito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso especial representativo de controvérsia (Tema 476), já firmou entendimento

# Superior Tribunal de Justiça

no sentido de que a compensação só pode ser alegada se não pôde ser objetada no processo de conhecimento, se a compensação baseia-se em fato que já era passível de ser invocado no processo cognitivo, estará a matéria protegida pela coisa julgada.

[...]

Portanto, embora tenha convergência com a linha geral da decisão agravada, que vai no mesmo sentido do entendimento dessa Turma quanto à absorção de rubricas nominadas como VPNI por futuros aumentos na remuneração, penso que solução diferente se impõe na hipótese dos autos em que existe título judicial que garante a manutenção da VPNI dos servidores, com expressa previsão de que "somente poderá ser operada quando houver futura compensação/absorção por outros aumentos remuneratórios", e não com os aumentos decorrente da Lei n.º 11.784/2008 que já estava em vigor à época da constituição do título judicial mas não foi objetada pelo réu no processo de conhecimento.

Como se vê, os fatos aqui recebidos tal como estabelecidos pelo Tribunal *a quo*, senhor da análise probatória, à luz dos dispositivos tidos por violados, decorre das premissas fáticas que constam do acórdão impugnado.

*In casu*, rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, para verificar se o título executivo judicial expressamente vedou a possibilidade de limitação do pagamento dos reajustes às datas de reestruturação de carreira, demanda necessário revolvimento de matéria fática, o que é vedada em recurso especial, consoante a Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça, que assim estabelece: "a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. QUINTOS INCORPORADOS. BASE DE CÁLCULO. CORREÇÃO. OFENSA À COISA JULGADA. SÚMULA 7 DO STJ. INCIDÊNCIA.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

2. Indevida a devolução dos autos à origem, por força do julgamento do RE 638.115/CE pelo STF, em sede de repercussão geral, pois o caso concreto, como afirmado pela agravante nas razões do especial, não busca "rediscutir o direito à incorporação da VPNI de quintos, mas apenas efetuar o abatimento dos pagamentos efetuados."

3. Firmado nesta Corte, em sede de recurso repetitivo, entendimento segundo o qual, inexistindo previsão no título judicial acerca da limitação temporal, não pode o fato ser alegado em embargos à execução, sob pena de ofensa à coisa julgada (REsp 1.235.513/AL, Rei. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/06/2012, DJe 20/08/2012).

4. Hipótese em que a Corte Regional entendeu que as "pretendidas limitações ao direito dos substituídos já poderiam ter sido suscitadas pela União no processo de conhecimento" e não havia "qualquer autorização neste sentido no título executivo, razão pela qual não podem elas ser agora admitidas, sob pena de ofensa à coisa julgada."

5. Dissentir do julgado recorrido para entender que o título transitado em julgado "garantiu o recebimento das diferenças, mas não traçou os parâmetros para seus cálculos" demanda necessário revolvimento do acervo probatório dos autos, o que é vedado na via do especial pelo teor da

# *Superior Tribunal de Justiça*

Súmula 7 deste Tribunal.

6. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1.663.759/RS, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 24/5/2019).

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Não se conhece de Recurso Especial em relação à ofensa ao art. 535 do CPC quando a parte não aponta, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.

2. O Tribunal de origem consignou expressamente: "a discussão sobre a URV cobrada pela parte exequente, ora agravada, encontra óbice na coisa julgada material, pois o direito já foi definido em sentença prolatada no processo de conhecimento transitado em julgado, sendo descabido no processo de execução rediscutir os termos da condenação e, do título judicial transitado em julgado conforme disposição contida nos artigos 467, 468, 473 e 474, todos do CPC" (fl. 228, e-STJ).

3. No presente caso, rever o entendimento da Corte a quo quanto aos limites da coisa julgada implicaria abrir o reexame do contexto fático-probatório dos autos. Incidência, na hipótese, da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 765.151/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 20/11/2015).

Ante o exposto, **não conheço do recurso especial**, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
Relator